

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.193 - SP (2019/0050923-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : LUIZ OMAR CAVASSANA
ADVOGADO : MANOEL TEIXEIRA MENDES FILHO - SP091002
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSIST. AC : BRUNO DELAZARI DENIZ

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DEFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DO COMANDO LEGAL INSERTO NOS ARTS. 932, III, DO CPC/2015, E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ. SÚMULA 182/STJ.

Agravo não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial (fundado no art. 105, III, *a*, da CF) apresentado contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0010159-53.2013.8.26.0161), que manteve a condenação de **Luiz Omar Cavassana**, como incurso no crime tipificado no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, à pena de 7 anos de reclusão, modificando o regime inicial de cumprimento para o semiaberto.

Nas razões do recurso especial, a defesa do agravante suscitou negativa de vigência dos arts. 476, § 4º e 564, IV, ambos do Código de Processo Penal (fls. 492/498).

A Corte de origem, no entanto, inadmitiu o recurso, aos seguintes fundamentos (fls. 508/509 – grifo nosso):

[...]

Com efeito, o recurso especial foi interposto sem a fundamentação necessária, consoante determina o artigo 1.029, do Código de Processo Civil, o que afasta a possibilidade de seu conhecimento, pois **não foram devidamente atacados os argumentos do v. aresto.**

O E. Superior Tribunal de Justiça, considerando a importância desse requisito formal, assinalou que "(...) Nas razões do apelo nobre, faz-se necessária a expressa e correta indicação dos dispositivos legais eventualmente ofendidos pela decisão recorrida, como também a indicação precisa dos parágrafos e/ou alíneas, a fim de que se possa identificar clara e fundamentadamente as razões da irresignação, e de que modo consistiram as tais ofensas, sob pena de ser incabível a admissibilidade do recurso, em decorrência da deficiência na sua fundamentação. Incidência do **enunciado n. 284 da Súmula do STF.**"

Ademais, incide ao caso o óbice da **Súmula nº 7, do STJ**, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

[...]

Contra o *decisum* a defesa interpôs o presente agravo (fls. 511/517).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso, nos termos do parecer assim ementado (fl. 537):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AJUIZADO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO A RECLAMO NOBRE AGITADO PELA DEFESA. INVIABILIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE DEIXA DE ATACAR, ESPECIFICAMENTE, TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 182 DA SÚMULA DO STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO.

É o relatório.

O agravo é inadmissível.

A decisão que inadmite o recurso especial na origem **não é formada por capítulos autônomos**, mas por um único dispositivo, razão pela qual deve ser **impugnada na sua integralidade** (EAREsp n. 831.326/SP, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018), inclusive de forma específica, **suficiente** e pormenorizada (AgRg no AREsp n. 1.234.909/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 2/4/2018).

No caso, da leitura das razões do agravo, **verifica-se que a defesa não impugnou, de forma suficiente**, a incidência da Súmula 284/STF.

Veja-se que, ao aplicar o citado enunciado sumular, a Corte de origem assentou que ***não foram devidamente atacados os argumentos*** do acórdão hostilizado (fl. 508):

[...]

Com efeito, o recurso especial foi interposto sem a fundamentação necessária, consoante determina o artigo 1.029, do Código de Processo Civil', o que afasta a possibilidade de seu conhecimento, pois **não foram devidamente atacados os argumentos do v. aresto**.

[...]

Tal conclusão só poderia ser infirmada **mediante o cotejo entre os**

fundamentos do acórdão atacado e as razões do recurso especial, o que não se verifica nas razões do agravo (fls. 511/517).

Logo, o agravo ostenta impugnação deficiente, sendo inapto a desconstituir a decisão agravada.

Sobre o tema, destaco:

[...]

5. É dever do recorrente impugnar com exatidão todos os fundamentos que alicerçam a negativa de admissibilidade de seu recurso. Entretanto, a agravante se contentou apenas em reproduzir recurso padrão com impugnação geral a diversos dispositivos legais, sem combater a divergência não comprovada.

6. **O STJ entende que o Recurso de Agravo não merece conhecimento com base na Súmula 182/STJ quando deixar de impugnar, com transparência e objetividade, especificamente as motivações da decisão agravada**, como na hipótese dos autos, em que a recorrente não atacou a falta de fundamento do recurso de Agravo em Recurso Especial.

7. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.077.032/SP, Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/11/2018)

AGRAVOS INTERNOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE NEGATIVA. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. APELAÇÃO PROVIDA. DETERMINAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO. VIOLAÇÃO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS NOVOS. MERO INCONFORMISMO. AGRAVOS INTERNOS IMPROVIDOS.

1. Entende esta Corte que autônomos ou não, todos os fundamentos da decisão que não conheceu do recurso especial devem ser rebatidos, **mostrando-se inadmissível o agravo que não cumpre o ônus de se insurgir de maneira suficiente contra cada um deles**.

2. Não configura desrespeito ou afronta à soberania dos veredictos o acórdão que, apreciando recurso de apelação, conclui, de maneira fundamentada, pela completa dissociação do resultado do julgamento pelo Júri com o conjunto probatório produzido durante a instrução processual, razão por que deve ser mantida a decisão monocrática proferida.

3. Agravos internos improvidos.

(AgInt no AREsp n. 404.297/ES, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 26/3/2018)

[...] 1. É pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, materializado na Súmula 182/STJ, segundo o qual **deve a parte recorrente infirmar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário** às afirmações do julgado impugnado ou mesmo

justificativas outras que visem atacar o mérito da controvérsia. [...]

(AgRg no AREsp n. 1.157.955/PE, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 12/12/2017)

Em face do exposto, **não conheço** do agravo (arts. 932, III, do CPC/2015, e 253, parágrafo único, I, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

